

Fotos: Minervino Júnior/CB



Berçário do Palácio do Buriti recebe 60 crianças de seis a 24 meses



Fabyanne Nabofarzan voltou ao trabalho sete meses após o nascimento de Israel

» MARIA EDUARDA LAVOCAT

Ao fim da licença-maternidade, uma das grandes preocupações para muitas mães é não poder acompanhar os filhos de perto, em uma fase tão sensível, especialmente a da amamentação. Muitas protelam o retorno ao trabalho e, quando voltam, podem se sentir menos produtivas em razão da insegurança em relação aos cuidados com as crianças, seja pela distância, seja pela falta de confiança plena em quem ficará responsável pelo bebê.

Para apoiar mulheres nesse retorno, órgãos públicos vêm implementando berçários institucionais. Com isso, bebês permanecem próximos às mães, durante o expediente, que podem acompanhar a rotina dos filhos e amamentá-los.

Keka Bagno, membro do Coletivo Juntas e coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa (CLDF), afirma que a maternidade ainda é um grande fator para que as mulheres abandonem seus empregos. A preocupação com o bem-estar dos filhos influencia profundamente a decisão de muitas mães de retornar ou não às atividades. "Sem uma rede de apoio estruturada ou acesso a creches, muitas mulheres acabam sendo colocadas diante de uma escolha difícil entre seguir na carreira ou garantir o cuidado adequado às crianças", diz.

Nesse contexto, ela defende que a implementação de berçários e creches vinculados ao ambiente de trabalho é uma política relevante, pois aproxima o cuidado da vida profissional. "Esses espaços reduzem o estresse de mães e pais, facilitam a amamentação e criam condições reais para que as mulheres permaneçam no mercado de trabalho."

O **Correio** procurou órgãos públicos do DF para identificar quais iniciativas são adotadas, especialmente em relação à existência de berçários.

Fabyanne Nabofarzan, 39 anos, é servidora da Secretaria de Saúde há três anos. Antes de se tornar mãe, uma de suas maiores preocupações era como conciliar a rotina intensa de trabalho com as demandas da maternidade.

Ela retornou ao trabalho sete meses após o nascimento de Israel, hoje com 1 ano, mas a readaptação não foi simples. Quando Israel estava com 11 meses, Fabyanne conseguiu uma vaga no berçário institucional localizado no anexo do Palácio do Buriti, que atende filhos de servidoras da administração direta e de órgãos vinculados.

# Apoio que faz a diferença

Mães que atuam no setor público contam como os berçários institucionais trazem mais tranquilidade na retomada de suas funções e melhoram o desempenho profissional



Daniela Bonaldi, mãe de Marina, diz que o berçário no STJ foi fundamental para retornar às atividades em paz



Foi um grande alívio. "Por ser um serviço da própria instituição, voltado aos servidores, passa uma segurança maior. Mesmo já não amamentando, venho aqui no horário de almoço, fico com ele, brinco, converso. Isso faz muita diferença, porque não passo o dia todo longe", salienta. "Antes, eu ficava muito apreensiva. Mesmo com alguém de confiança, você não tem o suporte que existe aqui. Eu estava no trabalho, mas meu pensamento estava com o meu filho", diz.

Aberto em 2022, o Berçário Institucional Buriti recebe 60 crianças de seis a 24 meses. Para concorrer a uma vaga, a servidora precisa se inscrever no Programa de Atenção Materno Infantil (Proamis) e manifestar interesse. A classificação é definida por meio de um sistema de pontuação, baseado na

participação em cursos oferecidos pelo próprio governo.

O espaço é o único em funcionamento no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF). De acordo com a coordenadora do programa, Letícia Braga, a proposta é ampliar o número de vagas na unidade existente e expandir a iniciativa para outras regiões administrativas.

"Antes da matrícula, fazemos uma entrevista com as mães para entender a realidade delas. Muitas chegam angustiadas, inclusive, pensando em pedir exoneração por não terem com quem deixar os filhos. Quando elas conhecem o berçário e percebem que é um espaço seguro e acolhedor, isso muda completamente. Sabendo que o filho está bem cuidado, a mãe trabalha mais tranquila e, consequentemente, mais produtiva. Isso é muito claro para nós", enfatiza.

## Retorno humanizado

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), o berçário foi inaugurado em 1998. Inicialmente batizado de lactário, tinha como principal objetivo incentivar a amamentação. Com o passar dos anos foi ampliado e, atualmente, atende bebês de cinco meses a dois anos. Podem utilizá-lo servidores e servidoras.

Ao todo, são 60 vagas, e a prioridade é para as crianças mais novas.

Na avaliação de Alexandra Junqueira, há 16 anos à frente do berçário, embora não exista uma medição formal de produtividade, é perceptível a tranquilidade dos servidores e servidoras. "É um serviço muito valorizado. Muitos relatam que é essencial poder retornar ao trabalho sem se afastar completamente do bebê. Isso permite uma adaptação mais gradual e tranquila", diz.

Daniela Bonaldi, funcionária da Corte e mãe de primeira viagem de Marina, de quase dois anos, conta que o espaço foi fundamental para que conseguisse retornar às funções com tranquilidade. "Se ela estava mais manhosa ou precisava de mim, eu podia descer e amamentá-la. Esse retorno mais humanizado faz toda a diferença", relembra.

"Fico imaginando como seria difícil em um berçário fora daqui: você trabalhando e sabendo que seu filho está chorando, sem poder fazer nada", avalia. "Esse tipo de suporte faz muita diferença para as mães. Se todas tivessem acesso a algo assim, o rendimento profissional das mulheres seria muito maior", completa.

## Outras iniciativas

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) mantém dois berçários institucionais: um no Fórum de Brasília, inaugurado em junho de 2005, e outro no de Taguatinga, aberto em junho de 2012. Ambos foram desativados em 2017 em razão de medidas de contenção de gastos.

De acordo com o Tribunal, a mudança representou uma reformulação da política de apoio à maternidade. O modelo anterior foi substituído por uma estratégia baseada em ações descentralizadas em diferentes unidades do órgão, entre elas a implementação de salas de apoio à amamentação. São sete unidades distribuídas em diferentes localidades para que as servidoras amamentem seus filhos ou realizem a extração e o armazenamento do leite materno durante a jornada de trabalho.

Uma magistrada, que prefere não ter o nome divulgado, relembra a experiência no berçário da Corte, que encerrou as atividades em 2017. A filha mais nova dela foi uma das últimas crianças atendidas pela unidade. "Era maravilhoso, porque a gente voltava da licença e levava a criança junto para o trabalho. Eu deixava minha filha no berçário e seguia as audiências, despachos e decisões. No meio da tarde, podia ir lá amamentar", conta.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) mantém o Programa de Assistência à Mãe Nutriz, desenvolvido no chamado Materninho, o berçário da PGR. O espaço é destinado, prioritariamente, aos dependentes de servidoras da PGR, da Procuradoria Regional da República da 1ª Região (PRR1), da Procuradoria da República no Distrito Federal (PR-DF), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).